



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

## **Estado de São Paulo**

### **ATA DA DÉCIMA SÉTIMA (17ª) SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

No primeiro dia do mês de junho do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Décima Sétima (17ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 29 de maio de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Jorge Setoguchi para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Sexta (17ª) Sessão Ordinária, realizada em 25 de maio de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 72, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre a impressão de boleto de pagamento de IPTU, confeccionado nos sistemas convencionais e em Braille”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 73, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 58/2015, datada de 28/05/2015, objeto do Ofício nº 58/2015, de igual data, “dispondo sobre a criação do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte – CMTT”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Balanço Financeiro e relatórios da receita e despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de abril de 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com o Ofício nºs. 58/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 73/2015 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 197 e 203, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a empresa NET Serviços de Comunicação S/A, para instalação e implantação dos serviços de telefonia, TV a cabo e Internet Banda Larga, na Rua Victório Cerruti, no Jardim Murayama III” e “seja oficiada a empresa NET Serviços de Comunicação S/A, para instalação e



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

implantação dos serviços de telefonia, TV a cabo e Internet Banda Larga, na Rua Paulo Ferreira das Chagas, no Parque Real II”; n.ºs. 198, 199, 200, 201, 202, de 2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, respectivamente, “a realização de audiência pública, no dia 19 de junho de 2015, às 19 horas, no Plenário da Câmara, para discussão dos temas: proteção animal, programa de castrações e microchip, vacinações e demais procedimentos e cuidados de proteção da saúde animal e obrigações da Prefeitura e ONGs do município frente ao tema”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, tais como, custos da contratação de empresa de elaboração, pesquisas realizadas no município, data de início e elaboração, contratos, data prevista de término e de apresentação à Câmara Municipal”, “seja oficiada a Secretária Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida, para que informe sobre as ações e projetos da secretaria, dos últimos seis (06) meses”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe o contido no Requerimento n.º 026/2015, que solicitou laudo de limpeza de veículos, que realizem entrega de merenda escolar” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe o contido nos Requerimentos n.ºs 015/2015; 016/2015; 193/2014; 156/2014; 144/2014 e 115/2015”; n.º 204, de 2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, “seja oficiado o encaminhamento, ao Ministério Público, da cópia do Projeto de Lei n.º 52/2015, e do Jornal Oficial, que sancionou a lei n.º 5674/2015, para averiguação de indícios de ilegalidade”; n.º 205, de 2015, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe, dentro do prazo regimental, sobre valores pagos, mensalmente, às empresas Cidade Brasil e Construrban”; n.º 207, de 2015, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe, dentro do prazo regimental, sobre o atraso nas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

obras de manutenção da UBS do Horto Vergel, que deveria ter sido concluída em 11 de março de 2015”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 237, de 2015, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “implantação de sinalização e redutor de velocidade, tipo lombada, na Rua Padre Roque, nas imediações da agência da CEF - Caixa Econômica Federal”; nºs 238, 239 e 240, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “operação ‘tapa-buracos’ na Rua João Francisco, no Bairro Jardim Bicentenário”, “manutenção asfáltica na Rua Octaviano Filomeno, no Bairro Jardim Flamboyant” e “operação ‘tapa-buracos’ na Rua Fernando César Campos, no Bairro Jardim Bicentenário”; nºs 241, 242, 243, 244 245 e 248, de 2015, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “troca de lâmpadas queimadas na Rua Padre José, em frente ao nº 785, na Vila São José”, “troca de lâmpadas queimadas na Rua Antônio Bertazzoli, no Jardim Paulista”, “troca de lâmpadas queimadas na Rua Professora Helena dos Santos Alves, no Parque da Imprensa”, “troca de lâmpadas queimadas na Rua Comendador Manuel Agostinho de Oliveira, centro da cidade”, “providências, para aquisição de viatura de grande porte, visando a criação de uma ROMU – Ronda Ostensiva Municipal” e “estudos, quanto à viabilidade de serem feitas alterações no trânsito, na Rua César de Freitas, Bairro Jardim Maria Antonieta, tornando-a via de mão única”; nºs 246 e 247, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “providências, para pavimentação da parte baixa da Rua Dr. Lúcio Cintra do Prado, Parque Novacoop” e “estudos, para que os futuros semáforos, que por ventura venham a ser instalados no município, contenham fonte de energia solar, através de células fotovoltaicas”; nº 249, de 2015, do Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, “pintura e demarcação de solo nas ruas do bairro Eugênio Mazon – CDHU”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 44, de 2015, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos, com o time do Martim Francisco Futebol Esporte Clube pela conquista da Copa Rural de Futebol Amador – 2015”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, datados de 25, 28 e 29 de maio de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 537/2015; Requerimento nº 135/2015; Requerimento nº 180/2015; Indicação nº 020/2015; Indicação nº 059/2015; Indicação nº 166/2015; Indicação nº 051/2015; Indicação nº 160/2015; Indicação nº 213/2015; Indicação nº 705/2015; Indicação nº 003/2015; Indicação nº 710/2014; Indicação nº 711/2014; Indicação nº 712/2014; Indicação nº 011/2015; Indicação nº 047/2015; Indicação nº 063/2015; Indicação nº 083/2015; Indicação nº 143/2015; Indicação nº 144/2015; Indicação nº 145/2015; Indicação nº 146/2015; Indicação nº 147/2015; Indicação nº 148/2015; Indicação nº 149/2015; Indicação nº 150/2015; Indicação nº 065/2015; Indicação nº 208/2015; Indicação nº 028/2015; Indicação nº 224/2015; Indicação nº 221/2015; Indicação nº 222/2015; Indicação nº 220/2015; Indicação nº 187/2015; Requerimento nº 187/2015; Requerimento nº 067/2015; Requerimento nº 185/2015; Requerimentos nºs 649/2014 e 170/2015; Requerimento nº 179/2015; Requerimento nº 173/2015; Requerimento nº 137/2015, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Vereadores); Ofícios nºs. 120049, 135029, 136076, 136077, de 2015, datados de 07, 14 e 21 de maio do corrente ano, subscritos pela Presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para serem



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Como os primeiros inscritos, Vereadores Benedito José do Couto e Osvaldo Aparecido Quaglio, desistissem da palavra, ocupou a tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa, que, inicialmente, tratou da questão da revitalização da Rua XV de Novembro, tradicional rua de comércio, no centro da cidade. Aclarou que estava feliz com a proposta de revitalização, porque aquela via era totalmente inacessível e ela, como defensora da mobilidade urbana, sempre defendera a revitalização da Rua XV de Novembro e do centro, como um todo. Lembrou que, durante a semana, nas redes sociais, muitos munícipes tinham se expressado sobre a necessidade de benfeitorias no Parque das Laranjeiras, antes de se pensar na revitalização da rua de comércio, e a vereadora disse que concordava com a revitalização do Parque Laranjeiras também, e que, o atraso na infraestrutura era falta empenho da prefeitura. Com relação à mobilidade urbana, a vereadora pediu a atenção de todos para um assunto gravíssimo e narrou que estivera na audiência, para discussões do Plano Diretor, na Estação Educação; que fizera questionamentos sobre acessibilidade à Secretária de Mobilidade Urbana, Beatriz Gardinalli; que tais situações eram pouco abordadas no novo plano, nada que transformasse a cidade; que a secretária lhe havia dito, que estava sendo elaborado o plano de mobilidade urbana, peça que seria anexada ao novo plano diretor; que ela, oradora, não satisfeita, fora pesquisar a fundo o plano de mobilidade e descobrira o teor da Lei 12.587, de 03 de janeiro de 2012; que tal lei exigia a todos os municípios, que elaborassem o plano de mobilidade urbana e o entregassem no prazo, até a data limite de 12 de abril; que tal prazo já tinha se encerrado e a penalidade aos municípios, que não tivessem elaborado seus planos, era a de ficarem impedidos de receberem recursos orçamentários federais, destinados à mobilidade urbana; que Mogi Mirim estava suspenso, para receber recursos, que isto era, no



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

mínimo, irresponsabilidade, por parte da secretaria, que possuía estrutura, composta que era por engenheiros e arquitetos, e ainda, a secretária, que recebia um salário de sete mil e quinhentos reais, para perder prazos, e que, tal descaso era assunto seriíssimo. Como o próximo orador, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, desistisse da palavra, ocupou a tribuna a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que se reportou à uma entrevista do Prefeito Luís Gustavo Stupp, publicada em um dos jornais locais. Afirmou que a fala do prefeito, justificava, como sempre, que parte de suas dificuldades advinham da oposição, que não o deixava trabalhar e questionou quanto suposto poder detinha a oposição, que continha sete vereadores, em contrapartida à situação, que era maioria na Casa. Disse que o Poder Executivo tinha que aprender a ir atrás de recursos e controlar seus gastos, pois, caso contrário, no ano vindouro, a situação da cidade seria precária. “O Prefeito disse que está fazendo galerias e reformando UBSs, obras que não renderam votos, mas as reformas só estão sendo feitas, porque recursos federais foram conseguidos, e a obra está atrasada, e quanto às galerias do Parque das Laranjeiras, lembro que uma das promessas do prefeito, em campanha, foi asfaltar o Parque das Laranjeiras, estamos no fim do primeiro semestre, do terceiro ano de seu mandato, e nada foi feito, logo, se ele quiser asfaltar e estiver realmente preocupado com a população, terá que fazer galerias”, destacou. Por fim, falou sobre a interrupção dos trabalhos da comissão processante à cassação do Prefeito Gustavo Stupp, recordando que isto se dera por ação direta do Partido Solidariedade, que tinha proposto Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Regimento Interno da Câmara. “Nós sabíamos que isso iria ocorrer; quem não deve, não teme e pelo jeito estão temendo, naturalmente, e isto, não fica feio para nós, oposição, mas para o lado da situação, e, infelizmente, a nossa cidade se viu obrigada a passar por esta situação, a população desejando a investigação do prefeito e pessoas de fora, entraram no assunto e interferiram, portanto, lamentavelmente, a vontade da população não foi respeitada”,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

frisou e concluiu participação. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que abordou a denúncia trazida pela vereadora Dayane Amaro Costa, a respeito da perda de prazo para apresentação do plano municipal de mobilidade urbana. Salientou que prestara atenção ao discurso da vereadora Dayane e tinha ficado preocupado com o Parque das Laranjeiras, porque as verbas para as obras de infraestrutura do Parque das Laranjeiras chegariam atreladas a um projeto de mobilidade urbana, cerca de três milhões de reais; que, no final de 2014, o prefeito tinha viajado para Brasília, e fizera até um vídeo, falando que estava na Capital, na tentativa de liberar a verba, para asfalto no Parque das Laranjeiras; que, naquele momento, havia ficado claro a ele, orador, que o dinheiro ainda estava em Brasília e não tinha sido liberado; que, segundo a fala da Vereadora Dayane Amaro, Mogi Mirim ainda não possuía seu plano de mobilidade urbana; que, pelo disposto em lei, o governo não iria liberar verbas, para os municípios que não tivessem aprovado seu plano de mobilidade; que Mogi Mirim ainda não tinha recebido sequer um real da verba prometida; que a denúncia da vereadora era grave, porque a falta de um plano de mobilidade comprometia a verba destinada ao Parque das Laranjeiras; que era necessário averiguar com a secretária da pasta a veracidade das informações e narrou que as obras no bairro tinham se iniciado, com três meses de atraso; que a instalação dos tubos caminhava muito devagar, dando a entender se tratar de um subterfúgio, algo proposto para enrolar os moradores do bairro, porque, na data, não havia máquina alguma trabalhando e os moradores diziam, que os funcionários chegavam às nove da manhã, para o turno de trabalho, e logo iam embora, obviamente, coordenados por alguém; que a chuva do final de semana tinha feito ilhados muitos moradores, que não conseguiam deixar suas casas, haja vista o atoleiro de lama e barro; que ele desejava e muito ver o Parque das Laranjeiras sendo asfaltado, ao invés da proposta de revitalização da Rua XV de Novembro; que pretendia ver o Secretário de Obras, Wilson Rogério, na Casa, para conceder



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

explicações, porque as obras estavam confusas, iniciavam-se numa rua, não eram concluídas, os funcionários passavam a abrir vala em outra rua, trabalho que também não era terminado, que o Secretário de Obras poderia mandar passar a máquina, para atenuar as dificuldades de trânsito, mas, pelo contrário, omitia-se e não colaborava com os moradores e que, havia um carro atolado numa das ruas do Parque das Laranjeiras já há três dias”, criticou e encerrou seu discurso. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. Este, primeiramente, comentou visita que fez ao CRAS zona leste, para conhecer o trabalho lá desenvolvido, tendo sido atendido pela coordenadora Iara Biazzoto Bataglini, cuja equipe continha seis assistentes sociais, mais psicólogas, efetuando um atendimento, conjunto, para toda a família, de oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Também comentou ter participado da explanação sobre o Plano Municipal de Educação, realizada no Plenário da Câmara, com a presença da Secretária de Educação, Márcia Róttoli Masotti e da coordenadora Maria Aparecida Rossi Freitas, esta última, que muito conversara com os vereadores, mostrando o desenvolvimento da área educacional, apresentação muito boa, destacando ainda, que o planejamento do plano municipal objetivava que o município pudesse se adequar ao plano nacional, às metas, em nível nacional e em nível regional, em pontos cruciais, tais como, creches e crianças de quatro a cinco anos de idade, analfabetismo e plano de carreira para funcionários. “Mogi Mirim tem tido boas metas, mas as creches precisam melhorar bastante, pois são muitas as reclamações, mas, pelo que nos disse a coordenadora Maria Aparecida, que também é Presidente do Conselho do Idoso e do Conselho da Educação, foi feito um planejamento muito bom, bastando apenas dar sequência e, no futuro, colher bons frutos”, salientou. O Vereador do PT comentou também a audiência pública das finanças municipais, com a Secretária de Finanças, Elisanita de Moraes, comentando que o planejamento, feito ano passado, prevendo o crescimento da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

receita, fora falho e, diante da situação nacional, a situação local não era tão boa, todavia, narrando que a receita do primeiro quadrimestre de 2015 havia crescido 7,45%, em comparação com o mesmo período do ano passado. Observou que Mogi Mirim vinha num crescente de receita, já há alguns anos, e colocou outro índice, o da despesa total, que tinha apresentado uma evolução de 5,5%, em comparação com o mesmo período do ano passado. O vereador Luiz Guarnieri frisou que se deveria bem gastar o dinheiro em épocas de recessão e também mencionou a verba destinada para obras de infraestrutura no Parque das Laranjeiras, explicando, que, na verdade, a verba era de três milhões de reais, não a fundo perdido, mas valor para critério de financiamento. “O município está indo lá, em Brasília, pedir dinheiro emprestado, através da Caixa Econômica Federal – CEF, portanto, vamos entender que não são sessenta milhões, como já mencionado aqui, mas se trata de um financiamento de três milhões de reais, pela CEF”, registrou e finalizou sua fala. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Este iniciou, parabenizando todos os componentes do grupo de escoteiros Encanto das Matas, composto por pessoas idôneas e trabalhadoras, que visava o bem da comunidade, sem fins lucrativos, composto por amantes da natureza e dos bons valores, unidade que estava completando dez anos de fundação no Município. Depois, partiu para críticas ao Prefeito Gustavo Stupp, afirmando que o gestor “não estava nem aí com a cidade”, que estava repleta de buracos, totalmente às escuras, sem iluminação, mas cobrando a Contribuição para Iluminação Pública – CIP. Colocou que a taxa era cobrada, mas não havia o merecido retorno à população, ou seja, a prestação de serviços, e que isto tinha um nome: lesar o cidadão. Perguntou onde estavam os três milhões de reais arrecadados com a contribuição, onde tinham sido investidos um milhão e meio de reais, salientou que Mogi Mirim estava um canteiro de obras, as quais não se concretizavam nunca nenhuma, e citou, como exemplo, o lago do Complexo Lavapés, que continuava assoreado, a situação



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

do Horto Florestal, cujas obras estavam concluídas, mas o local permanecia fechado para a população, talvez aguardando até às vésperas eleição, bem como citou a zona rural, que estava esquecida, com altos índices de roubo de tratores e os casos só aumentavam, causando prejuízos material e psicológico, com sequestros relâmpagos, mostra de total desrespeito da prefeitura para com a cidade. Quanto à revitalização da Rua XV de Novembro, disse ver com bons olhos, mas se preocupava, porque talvez fosse mais uma obra inacabada e afirmou que a revitalização da zona central era importante, mas que o Parque das Laranjeiras precisava de obras urgentemente, pois aqueles moradores não tinham como ir e vir até o comércio, no centro da cidade, por exemplo, destacando, igualmente, que trinta por cento da população mogimiriana eram residentes no bairro e sofriam o descaso do prefeito municipal, pois faltava o básico àquela população. “O que está acontecendo no Parque das Laranjeiras é só uma maquiagem, para engambelar o povo, uma irresponsabilidade deste moleque, que leva o título de prefeito, mas que é um irresponsável, porque pessoas idosas, crianças, portadores de necessidades especiais não têm como ir e vir no Parque das Laranjeiras e isto é mais do que um descaso e, para fechar a tampa do caixão, vai o Secretário de Saúde aos jornais, dizer que a Dengue está sob controle, ora, está sob controle, mas ele quer contratar um drone, ao custo de mil reais/hora, para pescar locais de criadouros, por isso, eu digo: Parque das Laranjeiras, saiba escolher seu próximo governante!”, explanou e encerrou. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que comentou resposta a um seu requerimento, indicando quantas máquinas pesadas a prefeitura possuía. Segundo a resposta, a Secretaria de Agricultura possuía dezessete máquinas no total; oito delas estavam inativas, ou seja, quase cinquenta por cento inoperantes, desde início do ano; possuía três motoniveladoras, mas apenas uma estava trabalhando, para atender o Parque das Laranjeiras, a zona rural e os loteamentos, uma situação muito difícil, de descaso, provando que o prefeito não estava olhando para os anseios da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

população; duas retroescavadeiras, mas uma estava parada, bem como seis tratores, quatro desses inativos. “A situação é precária, difícil e espero que o prefeito resolva a questão das máquinas de forma urgente, caso contrário, não teremos como fazer as manutenções necessárias na zona rural também, porque os tratores e caminhões não estão trafegando nas estradas vicinais”, pontuou. Para concluir, convidou a todos para a reunião mensal do Conselho de Segurança – CONSEG. Como o próximo inscrito, o Vereador Daniel G. dos Santos, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. “Eu costumo dizer, que se grito resolvesse alguma coisa, porco não morria; o vereador, que usou da tribuna, à época do então prefeito Carlos Nelson Bueno, votou contra a compra de maquinário, para a zona rural e Parque das Laranjeiras, e, agora, ficou fácil usar a tribuna, bater e gritar; eu lhe digo, que não adianta, porque temos que procurar soluções; o prefeito está fazendo esforços, o Parque das Laranjeiras não existe há três anos, mas há quase trinta anos e há dez anos não se via investimento no Parque das Laranjeiras, portanto, não podemos só atirar pedras; admiro o vereador muito inteligente, que desconhece, que não se pode colocar máquinas lá, no Parque das Laranjeiras, agora, porque a lama vai tomar conta e complicar a situação, pois é necessário aguardar a estiagem; eu recebi informações e também estive no bairro, conversei com o Secretário de Obras e pedi pelo amor de Deus, que resolvesse alguma coisa e eu vi, que chegaram dez caminhões de tubos, portanto, todos sabem que, para se fazer uma omelete, é necessário quebrar ovos, e foi assim, no Parque da Imprensa, onde asfaltamos, sem ajuda de prefeito, só moradores, então, hoje, sofrem, mas amanhã vão aplaudir as obras; espero que o Secretário de Obras não seja mentiroso, porque disse que algo de bom está prestes a acontecer no Parque das Laranjeiras, então, repito que não é justo acreditar, que em dois anos, as coisas vão se resolver e eu não estou aqui para defender o prefeito, mas o problema já existe há trinta anos e as ruas estão em obras, por isso, a situação da população daquele local está complicada;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

quando o tempo firmar, vai melhorar e depois, também será feita a compactação da terra, portanto, vamos colocara a mão na consciência, foi promessa de campanha sim, mas ele está fazendo, a imprensa divulga, logo, é fácil falar, mas precisamos falar verdades, e até mês que vem, algo tem que acontecer no Parque das Laranjeiras, porque está em obras, e eu quero convocar aqui, o Secretário de Obras e Beatriz Gardinalli, Secretária de Mobilidade, para explicarem para a população, o que de imediato pode ser feito, porque o vereador deve bater na tribuna, na frente do secretário, que lhe responderá”, discursou e finalizou participação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que comentou as palavras do Vereador Jorge Setoguchi, em relação ao maquinário da prefeitura. Afirmou que acompanhava o trabalho das Secretarias de Obras e de Agricultura; que a prefeitura tinha algumas poucas máquinas, em operação, e outras sucateadas, estacionadas no pátio e tratores a leilão; que, muitas vezes, a prefeitura tinha a máquina, mas lhe faltava o operador, haja vista que, atualmente, com funcionários estavam afastados; que existiam apenas duas máquinas patrol, para atendimento de toda a área rural de Mogi Mirim; que, às vezes, a incompetência não era do prefeito, mas do secretário; que, para se executar o asfalto, no Parque das Laranjeiras, era necessário, primeiro, fazer as galerias pluviais e baixar a rede de água, com compactação, algo que não seria possível da noite para o dia; que a Câmara deveria fazer um acompanhamento e cobrar das secretarias, que fizessem a situação caminhar; que de nada adiantava bater na tecla do ‘quanto pior, melhor’, porque, assim como falara o Vereador Laércio, em seu discurso, era preciso promover ações, para que coisas fossem executadas no município, ao invés, de muitas críticas, sem o apontamento de sugestões. “Buscar os responsáveis, porque não é culpa só de uma pessoa”, sublinhou e encerrou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que registrou a presença, nas galerias, do eterno batalhador e fanático pelo Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC, Henrique Stort, juntamente, com membros da torcida organizada Mancha Vermelha, que aguardavam a votação do projeto de tombamento, como patrimônio histórico e cultural, de natureza imaterial, do MMEC. “Certamente será uma aprovação unânime, para que o nome do time local não mude nunca, registro de trabalho árduo, de Wilson Barros e Henrique Stort, pessoas que elevaram o nome do MMEC a todo o Brasil”, destacou. Com relação às críticas, sobre o Parque das Laranjeiras, o vereador disse que esperava soluções por parte do Prefeito Gustavo Stupp e equipe e ratificou que o loteamento tinha quase trinta anos de existência, sem melhorias. “O Parque das Laranjeiras tem quase trinta anos, se dividirmos por quatro anos de cada mandato eleitoral, teremos quase oito prefeitos antes de Gustavo Stupp, e o bairro já estaria todo asfaltado, portanto, sei o quanto é necessário fazer algo lá, mas vir aqui, e só criticar, não vai resolver, e o vereador criticava o estado da cidade, dizia que era como um queijo suíço, cheia de buracos, mas, quando chegou o momento de votarmos a aquisição das máquinas, que ainda faltam hoje em dia, ele votou contra, e eu pergunto: como entender essa atitude?”, inquiriu e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Esta também versou sobre o Parque das Laranjeiras. Disse que tinha sido colega do então vereador Gustavo Stupp, na Câmara; que, para ser eleito, ele tinha criado expectativas, de que estaria se dedicando, definindo como prioridade a recuperação do Parque das Laranjeiras; que ele tinha sido eleito, em virtude de uma votação expressiva da população, residente no Parque das Laranjeiras, porque ele tinha criado a expectativa; que o orçamento municipal era muito bom, atualmente; que Mogi Mirim não tinha grandes problemas sociais, apenas um, que era o Parque das Laranjeiras; que Carlos Nelson Bueno tinha assinado o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

programa Cidade Legal; que era público, que os moradores só saíam da clandestinidade, se o prefeito reencaminhasse as famílias, locadas em áreas de proteção permanente – APPs; que o prefeito tinha condições de proceder com o asfalto do Parque das Laranjeiras, porque o próprio município tinha condições, haja vista a receita orçamentária, com a qual era possível iniciar o processo de retirada das famílias da clandestinidade, que o prefeito estava fazendo muito pouco, pois tinha executado muito pouco em dois anos e meio de administração, e que, fora compromisso que ele assumira, devendo ele satisfação para com o povo, com o qual assumiu compromisso, o povo do Parque das Laranjeiras. “O novo prefeito de Mogi Mirim terá que ser diferente, a população quer que seja diferente; aquele que vier prometendo mundos e fundos não será eleito; temos uma cidade, que está definindo revitalizar a Rua XV de Novembro, eu moro no centro da cidade há sessenta anos e não tenho confiança, diante do que vai acontecer com a Rua XV de Novembro, porque o que me incomoda é que não se propôs, detalhadamente, o que se vai fazer e torço para que os problemas internos, tubulações de água e esgoto, não tragam problemas, pois se criou uma expectativa e a reunião que houve, para mim, não trouxe segurança alguma”, destacou e finalizou o discurso. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 19h48, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente), não sem antes convidar a todos para palestra, em Plenário, do representante da *Conexão Um Líder*, Sr. Alexandre Kumagai, que pleiteava, por doação, área municipal, próxima à empresa Cloroetil, objeto do Projeto de Lei nº 58/2015, em trâmite nas comissões permanentes. Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 64, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre incorporação ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim de áreas de terreno que especifica de propriedade de MÁRIO MURAYAMA E OUTROS”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 64/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 62, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de dispositivo da Lei Municipal nº 5.553 de 2014, que dispõe sobre celebração de convênio e/ou cogestão com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para comentar a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, explicando que a Comissão de Finanças e Orçamento entendera como razoável o pedido de alteração do contrato de cogestão e que ela, pessoalmente, votaria favorável; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 62/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no inciso I, § 2º do Artigo 171 do Regimento Interno:** 3. REQUERIMENTO Nº 193, de 2015, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, “solicitando alteração do Regimento Interno, visando criar a Comissão Permanente de Implementação, acompanhamento e fiscalização de Leis de autoria do Poder Legislativo”. Para discussão a pedido da Vereadora Maria Helena S. de Barros, esta fez uso da palavra. Disse que, depois de promulgada, uma lei municipal não pertenceria mais ao Poder Legislativo, mas sim ao Poder Executivo. “Entendo que a lei promulgada já não é mais do Legislativo, mas do Executivo, torna-se uma lei municipal; a Lei Municipal da Ficha Limpa é de autoria do ex-vereador Luís Gustavo Stupp, atual prefeito, lei que ele mesmo não cumpre, porque mantém no cargo a Secretária de Finanças,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

condenada, pela Justiça, por improbidade administrativa na cidade de Holambra, em segunda instância, então, eu pergunto: como vamos fiscalizar? Recordo ainda, que a Lei Municipal do cursinho pré-vestibular gratuito também é de autoria do então vereador Gustavo Stupp, outra lei que não é cumprida, portanto, não vejo com tranquilidade a criação de uma nova comissão, para acompanhar as leis do Legislativo, pois tenho alguma dificuldade de entendimento, no tocante à sua aplicação”, explicou e finalizou. O próximo a comentar, foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que explanou sobre o requerimento, sublinhando que solicitava alteração no Regimento Interno, objetivando criar uma nova comissão permanente, em virtude de várias leis, aprovadas pela Casa, que não eram executadas e deveriam ser, prejudicando o município e o munícipe, especialmente. “Eu aprovei uma lei municipal, que obriga hospitais a fixarem o quadro com os plantonistas médicos e enfermeiros, em suas recepções, e esta lei não é cumprida, dentre inúmeras outras, portanto, a criação desta comissão mudará boa parte do Regimento Interno da Câmara e abrirá precedente, para apontamentos de revisão na LOM de Mogi Mirim também, é nossa obrigação acompanhar, e a comissão nos dará mais autoridade ainda, e, assim, poderemos defender o interesse dos munícipes mogimirianos, que votaram em nós, para representá-los, então, tudo o que venha para beneficiar, é de bom grado, por isso, faço a defesa da proposta e sei que deve ser apresentada, em formato de projeto de resolução, mas fiz requerimento, para que todos participem da proposta, de forma democrática”, finalizou. Também comentou a matéria a Vereadora Dayane Amaro Costa, posicionando-se favorável à proposta, porque a comissão seria importante para o fortalecimento do Poder Legislativo Municipal, concordando, inclusive, com uma futura revisão do Regimento Interno. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio também comentou o requerimento, observando que a proposta devia ser apresentada em formato de projeto de resolução e não através de requerimento, por isso, votaria contrariamente à solicitação. “Concordo com a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Maria Helena, porque, depois de aprovada, quem fiscaliza a lei é o Poder Judiciário, haja vista que nós não temos poder para tal finalidade, tanto é fato, que acatamos a abertura da comissão processante, mas a Justiça concedeu liminar, suspendendo-a, porque não temos competência; existem vagões de leis aqui, que não são cumpridas, porque são inócuas e inconstitucionais e o próprio prefeito não cumpre a lei que fez, então, pergunto: qual a atitude que a comissão vai tomar, já que não temos poder para exercer esta função? A ideia é boa – o miolo do coco é bom – mas será mais uma comissão a se reunir e nada resolver, portanto, eu voto contrário”, comunicou o vereador do PSDB. Também o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, comentou a proposta, lembrando que existia uma lei, de sua autoria, que proibia que lojas e comércios colocassem propagandas nos parabrisas dos carros, lei que nunca fora cumprida, ou fiscalizada, em sua aplicação; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por nove (09) votos favoráveis a sete (07) votos contrários, o Requerimento nº 193/2015, do Vereador Waldemar Marcurio Filho); (oficie-se como requer); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei nº 38, de 2015, de autoria do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, “tombando como patrimônio histórico e cultural, de natureza imaterial, do Município de Mogi Mirim o MOGI MIRIM ESPORTE CLUBE”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social. O primeiro a comentar a matéria foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que explicou a natureza do projeto, que não envolvia a parte material do clube, ou seu patrimônio, o estádio, em si, mas propunha que o nome do MMEC fosse preservado, impedindo que fosse alterado, caso o patrimônio do clube fosse vendido. Relatou um pouco da história do clube, que tinha sido fundado em 14 de janeiro de 1903 e reorganizado em 1º de fevereiro de 1932, com a finalidade de promover e estimular atividades sociais esportivas, o futebol profissional e não profissional, levando,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

desde à sua fundação, o nome da cidade, em todos locais do Brasil. Afirmou que toda a comunidade da cidade era envolvida com o MMEC e desejava preservar a história de tantos anos, lembrando, igualmente, do falecido senhor Wilson Barros, grande presidente da agremiação. “Infelizmente, o patrimônio físico não é mais o mesmo e temos que tomar cuidado, para que o patrimônio imaterial seja preservado, deste time, que tantas alegrias deu à cidade e ainda vai dar”, frisou e concluiu. Também discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa, que parabenizou o Vereador Luiz Guarnieri pela iniciativa e registrou, como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, que o projeto tinha sido discutido entre os membros da comissão e verificado seu embasamento na CF/88, sendo-lhe emitido parecer ao plenário, haja vista a importância do patrimônio cultural para a comunidade, algo que enriquecia o povo, e tinha o seu particular apoio. A Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros também discursou, parabenizando o Vereador Luiz Guarnieri pela iniciativa e cumprimentou os amigos, direção, equipe técnica e torcida organizada do MMEC, que prestigiavam a sessão. “Meus cumprimentos às pessoas, que preservam, cultivam e desejam que Mogi Mirim tenha seus bens históricos preservados e eu cumprimento os senhores Henrique Stort, João Bernardi, Antônio Franco de Campos e os demais presentes”. O próximo a discorrer sobre a proposta foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que parabenizou o autor do projeto, o senhor Henrique Stort, jogadores e demais dirigentes do clube, bem como a Torcida Organizada Mancha Vermelha. Afirmou que o MMEC era uma instituição para a cidade e colocou seu voto favorável ao projeto. O Vereador Cinoê Duzo também teceu comentários em tribuna, parabenizando o autor, Vereador Luiz Guarnieri, e a torcida do MMEC. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, comentou a proposta, congratulando-se com o autor, com a Torcida Organizada Mancha Vermelha, com os dirigentes e torcedores do clube, lembrando ainda, que havia jogado na categoria Júnior do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

MMEC, ao lado de Henrique Stort, que tinha sido jogador profissional da agremiação esportiva mogimiriana; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 38/2015, do Vereador Luiz Guarnieri); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta da “Ordem do Dia”, o Vereador Presidente da Câmara, João Antônio Pires Gonçalves, consultou o plenário, conforme estabelece o Artigo 1º, § 1º, I, das Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara Municipal, *para antecipação da Tribuna Livre para antes da “Explicação Pessoal”*, o que foi aprovado unanimemente pelo Plenário. Posto isto, conforme requerimento verbal aprovado, o Senhor Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador regularmente inscrito para uso de Tribuna Livre, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário a *Senhora Benedita Noronha, que falou sobre situações do bairro Parque das Laranjeiras*, cujo discurso foi gravado em formato digital, à disposição nos arquivos da casa por trinta dias. Para a “Tribuna Livre”, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão às 21h35, para reabri-la, posteriormente, às 22h10. Prosseguindo, o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à “**EXPLICAÇÃO PESSOAL**”, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores Benedito José do Couto e Osvaldo Aparecido Quaglio, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa, que versou sobre o Projeto de Lei nº 58/2015, que pede autorização para doação de uma gleba de terra, de propriedade do município, à empresa Conexão De Um Líder Treinamentos e Consultoria Ltda. ME, objeto da palestra do senhor Alexandre Kumagai, durante o intervalo da sessão. A vereadora falou que, mesmo após as explanações, não conseguira entender, qual vantagem o município teria com a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

doação para a empresa de serviços, porque não via vantagens ambientais; o número de empregos, doze, era ínfimo; não iria gerar recursos ao município, em termos de hospedagem, comércio, ou alimentação, porque os participantes ficariam isolados e abrigados na instituição, durante todo tempo de curso, e mencionou ainda, o alto custo do curso, cerca de um mil e quinhentos reais, por participante, o que impediria que a população carente tivesse acesso ao tipo de serviço proposto, sendo limitado à uma pequena parcela da população, bem como estranhava, igualmente, o poder público se curvando para a iniciativa privada, portanto, em resumo, na opinião da vereadora, a doação não compensava e Mogi Mirim tinha outras prioridades. Sobre outro assunto, a vereadora agradeceu ao Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, pela notícia excelente da contratação do intérprete de Libras, algo que classificou como “um avanço” no cumprimento das leis federais. “Para minha alegria ser completa, aguardo a reforma desta Casa, com espaço para cadeirantes e piso direcional, placas em Braille e a impressora Braille, assim, ficarei realizada”, frisou. Para concluir, teceu comentários sobre a revitalização da Rua XV de Novembro, estabelecendo que acompanharia todas as fases da revitalização, para averiguar o cumprimento das normas da ABNT. Como os próximos inscritos, Vereadores Marcos Bento Alves de Godoy, Luzia C. C. Nogueira, Luís Roberto Tavares, Luiz Guarnieri, Cinoê Duzo, Jorge Setoguchi e Daniel Gasparini dos Santos, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna, para discursar, o Vereador Laércio Rocha Pires. Este iniciou, propondo uma audiência com os Secretários Municipais de Trânsito e Mobilidade Urbana e de Obras e Planejamento, para averiguação da denúncia trazida pela Vereadora Dayane Amaro Costa, sobre o atraso na elaboração do Plano Municipal de Mobilidade, cuja aprovação estava atrelada à conquista da verba para aplicação na infraestrutura do Parque das Laranjeiras. O vereador desejava que o Secretário de Obras, Wilson Rogério, também confirmasse tudo o que fora anteriormente dito, sobre o andamento das



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

obras, no Parque das Laranjeiras. Sobre as realizações feitas no bairro, por prefeitos do passado, afirmou que nenhum fizera além da obrigação, porque tinham permanecido em mandato por oito anos, cada um, num total de dezesseis, e nada tinham executado. Lembrou que o asfalto do Parque da Imprensa tinha sido concretizado apenas com a participação dos moradores do bairro, sem ajuda de qualquer prefeito, e afirmou que seria bom ao prefeito Gustavo Stupp, que não cometesse erros, exortando-o a não ser covarde e vir a público, desmentir a privatização do SAAE, bem como esclarecer outros assuntos, pois tinha obrigação de reafirmar e mostrar, que o que falavam pela cidade, não era a verdade. “Estão pregando o terrorismo na cidade, encartes em jornal, o prefeito não reage e isto é negócio para se pensar, porque o prefeito tem que reagir, mostrar a verdade para os mentirosos, e eu agradeço a propaganda, que fazem à minha pessoa, pois vou aos bairros e mostro que a incompetência já esteve no poder, mas não está mais, eu explico e falo a verdade”, destacou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que, reportando-se ao discurso da oradora da Tribuna Livre, concordou que o ex-prefeito Paulo de Oliveira e Silva tinha asfaltado uma pequena parte do Parque das Laranjeiras, mas endossou que ele nada mais tinha feito do que a obrigação e questionou qual benefício Carlos Nelson Bueno fizera e, para concluir, respondendo aos Vereadores Maria Helena e Osvaldo Quaglio, destacou que um projeto de resolução, pedindo a criação de uma nova comissão permanente na Câmara, já estava pronto, para ser apresentado, e que, ele tinha proposto, em forma de requerimento, para que os demais vereadores, democraticamente, apresentassem sugestões e enriquecessem a matéria. A última oradora, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros desistiu do uso da palavra. Ato contínuo, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, informou que a edilidade tinha celebrado contrato com um intérprete de Libras, para início na próxima sessão e duração até o final do ano. Não havendo mais Vereadores



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

inscritos, e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h24, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM